



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE
Cidade Monumento da História Pátria
Cellula Mater da Nacionalidade

INDICAÇÃO N.º 2578 /2025

ENCAMINHO nos termos do artigo 150 do Regimento Interno, ao Sr. Kayo Amado - Prefeito Municipal de São Vicente, Anteprojeto de Lei que cria o Cadastro Municipal de Influenciadores Mirins e estabelece diretrizes para a proteção da imagem, dignidade e direitos de crianças e adolescentes que atuam como criadores de conteúdo digital no Município.

JUSTIFICATIVA

A presente Indicação sugere ao Poder Executivo Municipal a instituição de marco regulatório local para a proteção de crianças e adolescentes no ambiente digital, diante do crescimento da atuação remunerada de menores como “influenciadores digitais”. Trata-se de fenômeno contemporâneo que demanda atenção do poder público: crianças e adolescentes têm sido expostos precocemente ao ambiente virtual, muitas vezes sem amparo legal adequado, o que os coloca em situação de vulnerabilidade, com risco de exploração do trabalho infantil, hiperexposição de imagem e potenciais danos psicológicos.

A Constituição Federal, em seu art. 227, impõe à família, à sociedade e ao Estado o dever de assegurar, com absoluta prioridade, os direitos da criança e do adolescente e de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. No mesmo sentido, o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990)

VEREADOR
**FERNANDO
PAULINO**
SÃO VICENTE... TEM QUEM GOSTE... EU AMO!
Rua Jacob Emmerick, 1195 - Parque Bitaru - São Vicente / SP
ver.fernandopaulino@saovicente.sp.leg.br - (13) 3569-1548
☎ (13) 99723-9191 | 📱 @fernandopaulinofp



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE

Cidade Monumento da História Pátria

Cellula Mater da Nacionalidade

estabelece, entre outros, o respeito à imagem e à privacidade (art. 17), o dever de prevenir a ocorrência de ameaças ou violações a esses direitos (art. 70) e a exigência de autorização judicial para a participação de crianças e adolescentes em atividades de natureza artística e em espetáculos (art. 149), parâmetros que se mostram aplicáveis às novas modalidades de trabalho artístico e de geração de conteúdo em plataformas digitais.

Registre-se, ainda, a atuação recente do Ministério Público do Trabalho em São Paulo, com o ajuizamento de ação civil pública visando coibir perfis e conteúdos de “influenciadores mirins” sem a devida autorização judicial, o que evidencia a urgência de medidas complementares no âmbito local para orientar famílias e agentes econômicos e organizar fluxos de encaminhamento à rede de proteção.

Do ponto de vista federativo, a iniciativa harmoniza-se com o art. 30, incisos I e II, da Constituição Federal, que atribui aos Municípios competência para legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar a legislação federal e estadual no que couber, bem como com a competência comum para proteção da infância (art. 23, II). A proteção de crianças e adolescentes residentes no território municipal configura inequívoco interesse local. Nesse contexto, o Cadastro Municipal de Influenciadores Mirins, a ser instituído pelo Executivo, funcionará como instrumento de coordenação e controle administrativo, permitindo ao Município exercer poder de polícia em caráter pedagógico e protetivo, sem prejuízo das competências do Ministério Público e do Poder Judiciário.

Importa destacar que esta Indicação não acarreta impacto orçamentário imediato, pois propõe a utilização da estrutura administrativa já existente, ficando a definição de procedimentos, do órgão responsável e de eventuais recursos para a fase de implementação a cargo do Prefeito, mediante regulamentação própria e observância do planejamento



SÃO VICENTE... TEM QUEM GOSTE... EU AMO!
Rua Jacob Emmerick, 1195 - Parque Bitaru - São Vicente / SP
ver.fernandopaulino@saovicente.sp.leg.br - (13) 3569-1548

☎ (13) 99723-9191 | 📱 @fernandopaulinofp



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE

Cidade Monumento da História Pátria

Cellula Mater da Nacionalidade

orçamentário, sem criação de novos cargos.

A criação do Cadastro Municipal de Influenciadores Mirins representará avanço relevante na tutela dos direitos fundamentais de crianças e adolescentes, posicionando São Vicente na vanguarda de políticas públicas de proteção no ambiente digital e cumprindo o mandamento constitucional de proteção integral e prioritária.

Diante do exposto, solicitamos que o Executivo Municipal remeta a esta Câmara proposutura conforme o Anteprojeto que acompanha esta Indicação.



VEREADOR

FERNANDO PAULINO

SÃO VICENTE... TEM QUEM GOSTE... EU AMO!

Rua Jacob Emmerick, 1195 - Parque Bitaru - São Vicente / SP
ver.fernandopaulino@saovicente.sp.leg.br - (13) 3569-1548

☎ (13) 99723-9191 | 📱 @fernandopaulinofp



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE

Cidade Monumento da História Pátria

Cellula Mater da Nacionalidade

ANTEPROJETO DE LEI

Cria o Cadastro Municipal de Influenciadores Mirins e estabelece diretrizes para a proteção da imagem, dignidade e direitos de crianças e adolescentes que atuam como criadores de conteúdo digital no Município.

Art. 1º - Fica instituído o Cadastro Municipal de Influenciadores Mirins, destinado ao registro e acompanhamento de crianças e adolescentes que desenvolvam atividades de criação de conteúdo digital com fins econômicos no Município de São Vicente.

Parágrafo único. Considera-se influenciador mirim, para fins desta Lei, a criança ou adolescente que produza conteúdo para plataformas digitais e receba, direta ou indiretamente, remuneração, benefícios, produtos ou vantagens econômicas decorrentes dessa atividade.

Art. 2º - O cadastramento é obrigatório para crianças e adolescentes residentes no Município que:

- I - mantenham perfis em redes sociais com mais de 10.000 seguidores;
- II - recebam qualquer forma de remuneração por conteúdo digital;
- III - participem de campanhas publicitárias ou parcerias comerciais.

Art. 3º - O cadastro deverá ser realizado pelos pais ou responsáveis legais junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, apresentando:



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE

Cidade Monumento da História Pátria

Cellula Mater da Nacionalidade

I - autorização judicial para participação artística da criança ou adolescente na atividade, nos termos do art. 149 do Estatuto da Criança e do Adolescente;

II - plano de proteção da imagem do menor, indicando limites de exposição;

III - comprovante de matrícula e frequência escolar;

IV - declaração sobre carga horária dedicada à atividade;

V - termo de responsabilidade dos pais ou responsáveis.

Art. 4º - Compete ao Poder Executivo Municipal, por meio do órgão competente, em parceria com o Conselho Tutelar e em articulação com as Secretarias Municipais de Saúde, Educação e Assistência Social, observadas as competências legais de cada órgão e na forma do regulamento:

I - manter atualizado o cadastro;

II - fiscalizar o cumprimento das normas de proteção;

III - encaminhar ao Ministério Público casos de irregularidades;

IV - promover campanhas educativas sobre proteção digital infantil;

V - instituir canal de orientação e recebimento de denúncias.

Parágrafo único. Para a execução deste artigo, o órgão competente poderá celebrar convênios, acordos de cooperação ou termos de parceria com universidades e instituições de ensino e pesquisa, a Defensoria Pública e o Ministério Público, visando à realização de ações educativas, orientação às famílias e formação de profissionais, resguardadas as atribuições constitucionais de cada instituição e vedada a criação de novos cargos.



SÃO VICENTE... TEM QUEM GOSTE... EU AMO!
Rua Jacob Emmerick, 1195 - Parque Bitaru - São Vicente / SP
ver.fernandopaulino@saovicente.sp.leg.br - (13) 3569-1548

☎ (13) 99723-9191 | 📱 @fernandopaulinofp



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE

Cidade Monumento da História Pátria

Cellula Mater da Nacionalidade

Art. 5º - O Poder Executivo poderá oferecer acompanhamento psicológico e orientações pedagógicas às crianças cadastradas e seus familiares.

Art. 6º - O descumprimento desta Lei sujeitará os responsáveis à aplicação de multa administrativa, sem prejuízo das demais sanções previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 7º - O Poder Executivo regulamentará esta Lei no que couber.

Art. 8º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA MARTIM AFONSO DE SOUSA

São Vicente, de de 2025.



FERNANDO PAULINO
Vereador



SÃO VICENTE... TEM QUEM GOSTE... EU AMO!

Rua Jacob Emmerick, 1195 - Parque Bitaru - São Vicente / SP
ver.fernandopaulino@saovicente.sp.leg.br - (13) 3569-1548

☎ (13) 99723-9191 | 📱 @fernandopaulinofp